



CÂMARA MUNICIPAL DO RECIFE

Estado de Pernambuco

GABINETE DO VEREADOR IVAN MORAES

Requeremos à Mesa Diretora, ouvido o Plenário e cumpridas as formalidades regimentais, que seja feita indicação a Prefeitura do Recife para que seja elaborado um Plano Municipal de Direito à Comunicação do Recife, com a atuação conjunta da sociedade civil, incluindo jovens e organizações periféricas que trabalham com comunicação, e pesquisadores acadêmicos;

JUSTIFICATIVA

Dia 28 de maio de 2024 aconteceu a audiência pública sobre “O Direito à Comunicação no Recife”. Trazendo a responsabilidade do executivo e análise dos gastos municipais com publicidade. A comunicação é um direito humano. Porque quanto menos informação se tem, menos a sociedade cobra e menos o Estado garante este direito. E quanto menos esse direito é garantido, menos se tem a percepção de sua necessidade.

O resultado desse ciclo vicioso são prefeituras e governos que não compreendem a centralidade de políticas públicas que façam com que cada pessoa possa se comunicar de forma livre e receber informação de qualidade a partir de fontes diversas e confiáveis. Cabe ao Estado fomentar a criação de conteúdos assim, como criar mecanismos administrativos e legais inclusive para se coibir o uso e reduzir o dano causado por notícias falsas, por exemplo.

Nosso mandato fez um estudo sobre o direito à comunicação no Recife e sobre formas de fazê-lo valer, incluindo as tarefas que cabem a cada ente federativo. Com uma lupa e





CÂMARA MUNICIPAL DO RECIFE

Estado de Pernambuco

GABINETE DO VEREADOR IVAN MORAES

através de uma nota técnica, analisamos como este direito vem sendo tratado pela prefeitura do Recife e mostrar como você pode acompanhar os gastos da gestão.

Apresentamos os gastos da Prefeitura do Recife com publicidade no ano de 2023, por meio de tabelas e gráficos. Destrinchamos cinco variáveis: gastos totais; gastos por tipo de campanha; gastos por campanha; gastos com subcontratadas, e gastos com agências de publicidade. Nos gastos totais, trazemos uma comparação entre os cinco anos de pesquisa, que vai de 2019 a 2023.

Nos gastos por tipo de campanha, apresentamos na nota técnica elaborada, uma tabela comparativa também entre o ano de 2019 ao ano de 2023. Já nos gastos por campanha, subcontratadas e agências, evidenciamos no ano de 2023. A partir desse estudo realizado, também apresentamos propostas para um maior fortalecimento do direito à comunicação em nossa cidade, e um melhor manejo do orçamento público nessa área negligenciada pelo executivo municipal.

Diante do exposto, venho, por meio deste requerimento, na qualidade de integrante da Câmara Municipal do Recife, encaminhar apelo para que sejam atendidas as melhorias solicitadas sendo feita assim, indicação a Prefeitura do Recife para que seja elaborado um Plano Municipal de Direito à Comunicação do Recife, com a atuação conjunta da sociedade civil, incluindo jovens e organizações periféricas que trabalham com comunicação, e pesquisadores acadêmicos;

Sala das Sessões da Câmara Municipal do Recife, 12 de junho de 2024.

IVAN MORAES
Vereador - PSOL

